



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001588-49.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Requerente: **Maria Aparecida Fabiano Fabricio**
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Maria Aparecida Fabiano Fabricio move(m) ação contra DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO pedindo a anulação do processo administrativo de cassação do direito de dirigir nº 148/2016, porquanto não praticou a infração que deu ensejo à imposição dessa penalidade de cassação.

Liminar indeferida.

Contestação apresentada, alegando-se ilegitimidade passiva e, no mérito, a regularidade da cassação imposta.

Réplica apresentada.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

O réu é parte legítima, pois o que se pretende com esta demanda é justamente a anulação de penalidade que foi imposta em procedimento conduzido no âmbito da entidade ré.

Ingresso no mérito.

1001588-49.2018.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A penalidade de cassação do direito de dirigir imposta no processo administrativo nº 148/2016 pelo fato de se concluir que a autora, no período de suspensão da habilitação, ter conduzido veículo, em especial porque teria conduzido o automóvel placa FXG 2490 em 09.01.2016 às 10h47, em Caraguatatuba, tanto que houve a lavratura de auto de infração pelo qual foi responsabilizada em razão de ser proprietária.

Ocorre que, no presente caso há nos autos declaração de quem efetivamente estava conduzindo o automóvel. O Sr. José Geraldo Fabricio, págs. 21/22.

Podemos verificar ainda que esse mesmo indivíduo foi indicado como condutor no procedimento administrativo relativo à infração de trânsito praticada em Caraguatatuba, inclusive assinando a respectiva indicação. Podemos ver que a assinatura a ele atribuída naquela indicação, pág. 33, é a mesma contida na declaração de pág. 21.

Por mais que a referida indicação, vez que desacompanhada da documentação exigida, não tenha sido considerada regular no processo administrativo daquela primeira infração de trânsito, para o presente julgamento a solução é distinta.

Com efeito, a referida indicação, em conjunto com a declaração de pág. 21, mostra-se suficiente para se concluir que a autora não praticou a infração que lhe foi imputada: de em 09.01.2016 às 10h47, em Caraguatatuba, ter dirigido veículo automotor. Mesmo porque nenhum elemento em sentido contrário há nos autos, tratando-se de autuação feita a partir de registro fotográfico em razão, que não possibilita a identificação do condutor (pág. 31).

Por essa razão, julgo procedente a ação e ANULO a penalidade de suspensão imposta no processo administrativo nº 148/2016.

Presentes os requisitos legais, com fulcro no art. 300 do CPC antecipo a tutela em sentença para determinar ao réu DETRAN que comprove nos autos o DESBLOQUEIO do prontuário da autora no prazo de 10 dias CORRIDOS, independentemente de eventual recurso, que, no ponto, não terá efeito suspensivo. Fica o DETRAN intimado a tanto por seu Procurador.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sem verbas sucumbenciais (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 02 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**